

**EDcl nos EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1472690 - PR
(2014/0194037-7)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : ESTADO DO PARANÁ
PROCURADOR : LEILA CUELLAR E OUTRO(S) - PR019225
EMBARGADO : OSVALDO MANOEL DE AZEVEDO - INTERDITO
REPR. POR : CLAUDIA REGINA DE JESUS - CURADOR
**ADVOGADOS : ALEXANDRE JANKOVSKI BOTTO DE BARROS -
PR047878**
VINÍCIUS HOFFMANN SILVA - PR068122
LUIZ FELIPE DA ROCHA - PR047219

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. NULIDADE DO ATO DE DEMISSÃO. PREEXISTÊNCIA DE DOENÇA MENTAL. DIREITO À REINTEGRAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO NA HIPÓTESE. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO FUX. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado.

2. Excepcionalmente, o Recurso Aclaratório pode servir para amoldar o julgado à superveniente orientação jurisprudencial do Pretório Excelso, quando dotada de efeito vinculante, em atenção à instrumentalidade das formas, de modo a garantir a celeridade e a eficácia da prestação jurisdicional e a reverência ao pronunciamento superior, hipótese diversa da apresentada nos presentes autos.

3. Vale ressaltar que constou expressamente no acórdão recorrido as razões pelas quais mostra-se inviável a alteração da verba honorária na hipótese em comento, extraíndo-se do referido julgado que, *no presente caso, os honorários advocatícios foram fixados em 15% sobre o valor da condenação, que será conhecido após a liquidação de sentença. Com efeito, tratando-se de causa que tramita desde o ano de 2004 e sem qualquer parâmetro relativo ao valor da verba honorária trazido aos autos pelo Estado do Paraná, fica inviável a revisão da referida verba.*

4. Embargos de Declaração do Estado do Paraná rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019
unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

